



Boletim do
**Comitê de Enlace pela
Reconstrução da
IV Internacional**

Publicação do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional
Versão em Português - Julho-agosto de 2016 - R\$ 4,00

NOSSA TAREFA DIANTE DA CRISE MUNDIAL DO CAPITALISMO:

**Construir os partidos
revolucionários no seio
do proletariado, como parte
da reconstrução
da IV Internacional!**

**Enfrentamos a burguesia
em decomposição com
o programa da revolução
e ditadura proletárias!**

**Resolução sobre
América Latina**

A resolução expõe e analisa a crise pela qual atravessa a América Latina. Demonstra a falência do “novo” nacional-reformismo, objetivando organizar as forças sociais da revolução proletária.

PAG - 3 ■

**Resolução sobre
a crise europeia**

A resolução demonstra a gravidade da crise de direção revolucionária no momento em que o proletariado, cuja maior expressão se manifestou na recente greve francesa, tende a reagir diante dos brutais ataques da burguesia.

PAG - 7 ■

| Apresentação

Publicamos neste boletim do Comitê de Enlace duas resoluções: sobre a crise na América Latina e sobre a ruptura da Inglaterra com a União Europeia. Embora de características distintas, no fundo, expressam a mais contundente crise de superprodução após a Segunda Guerra Mundial.

Na América Latina, esgotam-se os governos que ascenderam ao poder rechaçando o neoliberalismo e advogando reformas democrático-populares. No entanto, os governos direitistas, abertamente pró-imperialistas, que os vêm substituindo, estão diante das tendências de luta do proletariado, dos camponeses, das nacionalidades índias e das camadas empobrecidas da classe média urbana.

A resolução refaz o percurso dos golpes militares, dos ciclos das ditaduras, dos governos neoliberais e das novas condições da economia mundial, regional e local, bem como o da luta de classes, que permitiram a ascensão de governos de tipo nacionalista e reformista. É fundamental para a luta revolucionária compreender o impasse e a desintegração de tais governos, cujo ponto alto se encontra nas crises brasileira, argentina, venezuelana e boliviana.

Alimentou-se muita ilusão na tese de que um “novo” nacional-reformismo se projetava na América Latina como resultado dos desastres promovidos pelos governos neoliberais. Não se pretendia reproduzir o velho nacionalismo, mas adaptá-lo às novas circunstâncias do capitalismo “globalizado” e da emergência de novas camadas sociais urbanas e rurais, que minimizavam e até mesmo anulavam a classe operária como força motriz das transformações.

As imposturas teóricas e políticas dos “novos” nacional-reformistas foram desenvolvidas de acordo com as particularidades de cada país: na Bolívia, inventou-se a caricatura do “Estado Plurinacional”; na Venezuela, do “Socialismo do Século XXI”; no Brasil, das “reformas democrático-populares” de “inclusão social” e assim por diante. Em sua base comum, encontramos a pretensão de combinar as várias formas de propriedade privada dos meios de produção nacionais com os monopólios, de maneira que o capital financeiro seria dirigido para a produção. Por essa via, postulava-se a defesa da economia nacional, a superação das profundas desigualdades sociais e o fim da pobreza absoluta. A ascensão dessa força política, teoricamente oposta ao neoliberalismo, por sua vez, possibilitaria romper o estilhaçamento da América Latina diante dos Estados Unidos e assim avançar no sentido da unidade latino-americana. A ascensão de tais governos, apoiados nas massas, permitiria não apenas traçar uma linha divisória em relação às potências, como também convencê-las por meio do “multilateralismo” caminhar para uma “nova ordem internacional”. Observa-se que o “novo” nacional-reformismo pressupunha e pressupõe a coexistência pacífica entre os países semicoloniais e o imperialismo, assim como entre as próprias potências. Essa maravilha de desenvolvimento econômico e social, de “respeito” às “diversidades na unidade”, é um dos sonhos mais altos do reformismo burguês e pequeno-burguês, que se desfez sob os golpes da queda econômica, da quebra de forças produtivas, da volta das demissões em massa e do aumento da pobreza da maioria oprimida.

O resultado de pouco mais de uma década de vigência de tais governos - o Brasil, Argentina, Venezuela, Bolívia, etc. - é a demonstração

de que continuaram servindo ao capital financeiro, ao parasitismo e aos monopólios. O fracasso do “novo” nacional-reformismo revela cabalmente que a independência e soberania nacionais não se alcançam com políticas econômicas, por mais distintas que sejam daquelas que se convencionou chamar de neoliberalismo. O mesmo ocorre em relação à tarefa de solucionar o atraso dos países semicoloniais, a opressão sobre as nacionalidades índias-camponesas, o baixo nível cultural da maioria e a miséria. Os fatos se encarregaram de demonstrar que seja qual for a política econômica do momento obrigatoriamente reflete as relações capitalistas de produção, o predomínio da grande propriedade e a hegemonia do imperialismo.

Os governos do PT no Brasil, do PJ na Argentina, do MAS na Bolívia, do PSUV na Venezuela, etc. comprovaram a tese marxista de que a superestrutura política, em última instância, reflete as bases econômicas e sociais. Em outras palavras, o limite do nacional-reformismo foi dado pelo capital financeiro e pelos monopólios. Esgotou-se prematuramente a possibilidade de constituir por meio da política de Estado a associação entre a propriedade estatal e a propriedade monopolista, imperialista, que possibilitasse o controle sobre as matérias-primas e a potenciação da indústria nacional. O nacional-reformismo conclui, assim, submetido aos interesses das potências, ainda que com elas tenha se atritado. Essa experiência, de fato, não é nova, reproduz na forma de caricatura o velho nacionalismo burguês, este todavia mais radical e que se desmoronou diante do imperialismo, como foi o caso do aprismo, peronismo, varguismo, menemismo, etc.

O capitalismo em sua época de decomposição – etapa superior do imperialismo – não comporta reformas estruturais e duradouras, a não ser pequenos remendos que mesmo assim não se sustentam. Está aí por que o nacional-reformismo e suas variantes governamentais se levantam como um obstáculo à luta independente do proletariado e da maioria oprimida. Uma vez que se condicionam, em última instância, à grande propriedade dos meios de produção e ao imperialismo se tornam contrarrevolucionários.

A resolução do Comitê de Enlace expõe e analisa a crise pela qual atravessa a América Latina e demonstra a prematura falência do “novo” nacional-reformismo, objetivando organizar as forças sociais da revolução proletária e constituir os partidos-programas, como parte da tarefa de superar a crise de direção reconstruindo a IV Internacional.

A resolução sobre a crise europeia foi motivada pelo referendo que aprovou a saída da Inglaterra da União Europeia. Esse é um acontecimento extremamente importante, no entanto faz parte de uma sequência de acontecimentos que vêm indicando a impossibilidade da burguesia avançar no processo de rebaixamento das fronteiras nacionais, desde que a crise de 2008 golpeou a economia europeia e estabeleceu limites mais rígidos que bloqueiam suas forças produtivas.

Espanha, Itália, Portugal e Irlanda foram ao fundo do poço. A Grécia literalmente se quebrou. A França se encontra cerceada pelos seus desequilíbrios econômico-financeiros e pelo bloqueio à sua capacidade industrial. A Alemanha necessita avançar ainda mais em seu domínio industrial-financeiro. É esse quadro que tem bloqueado a marcha da constituição de organismos “supranacionais”, voltados a desenvolver

RESOLUÇÃO SOBRE AMÉRICA LATINA

O capitalismo em sua época de decomposição – etapa superior do imperialismo – não comporta reformas estruturais e duradouras, a não ser pequenos remendos que mesmo assim não se sustentam. Está aí por que o nacional-reformismo e suas variantes governamentais se levantam como um obstáculo à luta independente do proletariado e da maioria oprimida.

uma só política para a Europa ocidental. E expôs o caráter hegemônico da aliança franco-alemã, perante a qual a Inglaterra era uma sócia menor e um canal por onde os Estados Unidos exerciam influência.

A resolução descreve sinteticamente os passos dados pela burguesia e pelos Estados no sentido da unificação europeia no pós-guerra. Demonstra a pressão irresistível das forças produtivas sobre as fronteiras nacionais e, ao mesmo tempo, a impossibilidade de superá-las definitivamente uma vez que a contradição básica está no seu antagonismo com as relações capitalistas de produção. Essa é a explicação e a tese fundamental da resolução. Não se trata de uma novidade, mas da demonstração das leis de funcionamento do capitalismo reveladas cientificamente pelo marxismo. A III Internacional da época de Lênin e Trotsky, ou seja, dos seus Primeiros Quatro Congressos, baseados na revolução russa e nas necessidades do internacionalismo proletário, indicou que as grandes transformações mundiais passariam pela constituição dos Estados Unidos Socialistas da Europa. Não se trata tão somente de uma bandeira internacionalista, mas de um programa e de uma concepção sobre a transição do capitalismo para o socialismo e deste para o comunismo.

As inúmeras ações da burguesia, no pós-guerra, no sentido de se contrapor à velha fragmentação do continente, alcançaram, sem dúvida, um nível de rebaixamento das fronteiras nacionais, dando início a um mercado unificado, que, no entanto, logo esbarrou no desenvol-

vimento desigual e na resistência dos Estados nacionais. A crise de superprodução mundial e a estagnação estrutural da Europa ocidental se encarregaram de movimentar as forças centrífugas, que a burguesia

achava que estavam sob seu controle. Os conflitos em torno dos imigrantes e a potenciação das posições burguesas e pequeno-burguesas xenófobas advêm dessa nova etapa da crise mundial.

A resolução demonstra a gravidade da crise de direção revolucionária no momento em que o proletariado, cuja maior expressão se manifestou na recente greve francesa, tende a reagir diante dos brutais ataques da classe burguesa. A pequena burguesia ou se colocará sob a direção da classe operária ou sob a direção de uma fração da burguesia fascizante. Ainda que se trata de uma perspectiva, de um prognóstico, é preciso levá-lo a sério, uma vez que a situação de crise é profunda e que as experiências dos anos 30 e 40 não devem ser relegadas ao esquecimento.

O Comitê de Enlace levanta a bandeira de organização dos partidos-programa, marxista-leninista-trotskistas e reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional, como tarefa essencial de nossa época. Esperamos que essas resoluções ajudem a vanguarda a compreender a necessidade de constituir os programas nacionais da revolução proletária como parte e aplicação do Programa de Transição da IV Internacional.

13 de julho de 2016

Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional

Resolução sobre América Latina

1. O golpe de Estado no Brasil indica o recrudescimento das disputas interburguesas na América Latina e uma política agressiva do imperialismo norte-americano para impor governos incondicionais à sua orientação. É parte de um amplo movimento da direita burguesa para se livrar de governos que posaram de nacionalistas e reformistas. Meses antes do PT ser defenestrado da presidência da República, na Argentina, o Partido Justicialista (PJ), que constituiu a Frente para a Vitória (FpV), perdeu as eleições para a coligação direitista dos partidos Proposta Republicana (PRO) e União Cívica Radical (UCR). A derrocada do PT e do PJ tem particular importância, uma vez que Brasil e Argentina são os dois países semicoloniais com maior peso econômico e político na ordem latino-americana. Demonstrou que o prato da balança pendeu para a volta da direita burguesa ao poder. Embora a esquerda nacional-reformista, portanto, expressão da política burguesa, não tenha ameaçado os interesses das potências, é-lhes mais conveniente a direita francamente pró-imperialista.
2. Em fevereiro, o Movimento ao Socialismo (MAS) e aliados sofreram uma derrota no referendo que decidiu sobre a possibilidade de que Evo Morales volte a ser candidato nas eleições de 2019. Distintamente do golpe no Brasil e da derrota do kirchnerismo na Argentina, a rejeição ao continuísmo do MAS não se deveu ao avanço da direita, mas à evolução das massas para a esquerda, que tendem a se entroncar com a política revolucionária do Partido Operário Revolucionário (POR). Embora as circunstâncias e as particularidades sejam distintas, a crise do governo indigenista, burguês por seu caráter de classe, compartilha do esgotamento geral de tais governos.
3. Na Venezuela, o governo de Nicolás Maduro já não tem para onde ir. A oposição direitista, que se desmoronou depois do frustrado gol-

pe militar de 12 de abril de 2002 contra Hugo Chávez, agora batalha por conseguir a realização de um referendo revogatório do mandato presidencial de Maduro. A conquista da maioria nas eleições legislativas no final de 2015 refletiu o declínio da chavismo e a ascensão da direita concentrada em torno da Mesa da Unidade Democrática. O esgotamento do nacionalismo se precipita com a queda dos preços do petróleo e se deve à incapacidade do chavismo de completar a estatização dos recursos naturais, bem como expropriar o grande capital venezuelano vinculado ao imperialismo. A oposição tem conseguido combinar os permanentes conflitos de rua com a disputa parlamentar, de forma a manter o governo de Maduro encurralado. A tendência é de agravamento da luta de classes e de desfecho da crise protagonizada pelos militares.

4. O governo de Rafael Correa, empossado em janeiro de 2007, conseguiu estabilizar o Equador, depois da grande crise política no período de 1988 a 2005. Correa se elegeu depois que o presidente Lucio Gutiérrez fugiu do país, em 2005, sob massivos e radicais protestos populares. A Constituinte de setembro de 2007 conferiu poderes ao presidente, sem os quais não poderia governar e tomar algumas medidas, como a retomada da base militar de Manta, sob o controle dos Estados Unidos, em 2009 e nacionalização do petróleo e gás, em 2010 e fazer algumas reformas, como a do judiciário e a da regulação dos meios de comunicação. A crise econômica já não permite ao governo avançar em medidas estatizantes. A classe média saiu às ruas em junho de 2015, contra impostos sobre herança. Pequenos proprietários se sublevaram. Em agosto deste mesmo ano, a Confederação de Nacionalidades Indígenas do Equador e a Frente Unitária dos Trabalhadores deram prosseguimento às contestações por meio de marchas,

bloqueios e grandes manifestações. Sem poder contar com a alta da receita proveniente do petróleo e gás, o governo de Correa se encontra em uma situação tão difícil como a de Evo Morales.

5. A polarização eleitoral no Peru se deu entre dois candidatos da direita. Tanto Pedro Pablo Kuczynski quanto Keiko Fujimori expressam duas variantes da política antinacional e antipopular. Kuczynski é um político diretamente vinculado às diretrizes dos Estados Unidos. A esquerda pequeno burguesa nacionalista, representada por Verónica Mendoza, mostrou sua impostura democratizante ao se submeter à disputa do segundo turno, apoiando Kuczynski. As massas peruanas, principalmente a classe operária e os camponeses, foram arrastadas por trás da falsa divisão política mediante a grande reprovação do governo de Ollanta Humala. Lembremos que Humala se projetou na política burguesa como nacionalista radical, uma vez eleito em 2011, fez uma virada abertamente pró-imperialista. O Peru passou a servir ao intervencionismo econômico-comercial dos Estados Unidos submetendo-se ao Acordo do Pacífico, vigente desde o governo aprista de Alan Garcia. A penetração do capital imperialista na mineração aumentou o saque do país, recrudescu a miséria, intensificou a opressão sobre as nacionalidades índias e provocou massacres. É nessas condições que o novo governo irá avançar com a política antinacional e enfrentará os explorados.
6. O Partido Socialista do Chile e o Partido Comunista chegaram à conclusão sobre o golpe militar de Pinochet de que o melhor a fazer é se adaptarem mais fundo ao capitalismo e se curvarem diante do imperialismo. Participaram da transição à democracia sem desmontar as instituições da ditadura e pagaram o preço da submissão ao grande capital para voltarem ao poder, com a eleição de Ricardo Lago em 2000. Sob o governo do Partido Socialista, é assinado o acordo de livre-comércio com os Estados Unidos. Dava-se sequência à política de subserviência da ditadura fascista à maior potência. O Chile passou a ser um “modelo” de aplicação da diretriz neoliberal. A vasta privatização desarmou a capacidade do Estado semicolonial diante de funções básicas como os recursos hídricos, o ensino, a saúde e o sistema previdenciário. A entrega da mineração a um punhado de multinacionais colocou o Chile na mais ampla dependência. Mediante o desgaste do governo de Michelle Bachelet, que se mostrou incapaz de romper com política pró-imperialista, a eleição da direita, na figura de Sebastián Piñera, em janeiro de 2010, livrou o Partido Socialista de se encarregar de assinar o acordo Aliança do Pacífico, manejado pelos Estados Unidos. A crise é tão profunda que as massas sem perspectiva reconduziram Bachelet ao poder nas eleições de 2013. As manifestações estudantis de maio de 2011 marcaram uma virada na situação política, expressando a necessidade dos explorados de se lançarem à luta. A luta estudantil por restabelecer a vigência constitucional do princípio da gratuidade do ensino em todos os níveis, que angariou a mais ampla simpatia popular, foi sabotada pela burocracia sindical, que estrangulou a incorporação do proletariado organizado em apoio às reivindicações estudantis, e traída pela direção ligada ao estalinismo (PCCH), que concluiu utilizando a revolta estudantil como trampolim eleitoral para obter cargos no aparato do Estado burguês.
7. A cassação do mandato do presidente Fernando Lugo, em junho de 2012, configurou um golpe de Estado. A eleição do ex-bispo, ala esquerda católica, em 2008, rompeu com seis décadas de domínio do Partido Colorado oligárquico. O que parecia uma mudança de rumo da política burguesa do Paraguai durou apenas quatro anos. No fundo da crise, esteve a questão agrária. Lugo foi incapaz de pôr em prática seu limitado programa de reforma agrária, se indispôs ao mesmo tempo com os camponeses e com os latifundiários. Os colorados voltaram ao poder elegendo o empresário e contrabandista (acusado de ligação com o narcotráfico) Horácio Cartes. Os Estados Unidos, assim, recuperaram um aliado de confiança, que passou a agir no Mercosul de acordo com os interesses do imperialismo. A greve geral de março de 2014 indicou o agravamento da luta de classes, não apenas em torno das necessidades dos assalariados como também dos camponeses.
8. Em 2004, a eleição de Tabaré Vázquez, da Frente Ampla também configurou uma mudança no poder político do Uruguai. Alterou a hegemonia dos dois partidos da oligarquia, Colorados e Blancos. Cinco anos depois, o ex-guerrilheiro José Mujica, sucedeu a Vázquez, confirmando o poder eleitoral da esquerda reunida na Frente Ampla. Em 2014, Vázquez retornou à presidência, pela Frente Ampla. No entanto, apesar do seu palavreado reformista, não alterou o fundamental: submissão do Uruguai ao imperialismo e manutenção da pobreza e miséria das massas. A “Carta de Intenções” assinada por Tabaré com o FMI ditou as diretrizes da política antinacional e antipopular da Frente Ampla. Abriu-se o mercado, impulsionou a desnacionalização das terras e aumentou a concentração agrária, favorecendo o agronegócio. A Frente Ampla que conta com o Partido Socialista, Partido Comunista, Movimento de Libertação Nacional-Tupamaro e dissidências dos velhos partidos oligárquicos conseguiu avançar a burocratização das organizações sindicais e estatizá-las. É o que explica em parte a continuidade de três mandatos da Frente Ampla. A greve geral de 7 de outubro de 2010, encabeçada pelo funcionalismo público, deu sinal de que se abriu uma fissura nas bases da Frente Ampla, embora não tenha progredido nos anos seguintes.
9. O processo de restauração capitalista em Cuba avança a passos largos. A decisão de Barack Obama de restabelecer as relações diplomáticas com o regime dos castros, seguida de tratativas do governo cubano com o Vaticano, demonstra que o imperialismo avalia que o bloqueio comercial já não é necessário e que o processo de restauração capitalista na ex-União Soviética, Leste Europeu e China já foi suficientemente longe. O castrismo já não tem importância na América Latina. Converteu-se em sombra do passado guerrilheiro (foquista) e do nacionalismo pequeno-burguês radical. O empenho de Raúl Castro em auxiliar o governo da Colômbia e dos Estados Unidos na tarefa de desarmar e liquidar as Farcs é uma gratificante prova à burguesia latino-americana de que Cuba está na rota da restauração capitalista. A derrocada das Farcs representa a vitória do Plano Colômbia, promovido pelos Estados Unidos e apoiado por toda a burguesia latino-americana. Não houve necessidade de intervenção militar direta dos ianques, como ocorreu tantas vezes no século XIX e XX. O imperialismo se valeu da própria burguesia colombiana e da colaboração da burguesia latino-americana. Os castristas que se tornaram reles democratizantes e assumiram plenamente o reformismo e o nacionalismo senis concluem como auxiliares do imperialismo no desarmamento das Farcs. Abandonaram a revolução de 1959 e se tornaram instrumentos da destruição das conquistas revolucionárias do proletariado e dos camponeses pobres.
10. A crise mundial iniciada em meados de 1970 afetou brutalmente a América Latina. Inviabilizou a continuidade do ciclo de ditaduras, iniciado com o golpe militar de 1964 no Brasil. O imperialismo norte-americano atuou por cima das burguesias nacionais e dos partidos para que realizassem uma transição negociada com os militares. Em 1985, encerrou 21 anos de regime militar no Brasil; em 1988, 15 anos no Chile; em 1983, 7 na Argentina; em 1983, 11 anos no Uruguai; e no Paraguai, sempre muito instável, a ditadura de Alfredo Stroessner se iniciou com o golpe de 1954 e encerrou com a eleição em 1993

de Carlos Wasmosy, portanto, a mais longa, 39 anos. A instabilidade também marcou a Bolívia, depois do golpe de René Barrientos Ortuño, em novembro de 1964, sobreveio o golpe de agosto de 1971 de Hugo Banzer, sua ditadura foi até 1978; depois de um pequeno lapso de governo constitucional, sobreveio o golpe de Luis Garcia Mesa em 1980, dois anos depois o governo deposto de Siles Zuazo voltou ao poder constitucional. A Bolívia, como se constata, atravessou um grande período ditatorial – do golpe de 1964 a 1982. Uma vez que as ditaduras cumpriram sua função de golpear o movimento operário, camponês e da pequena burguesia urbana, bem como quebrar suas organizações de luta, e desbaratar a vanguarda, já não tinham vigência na nova situação de crise. Era preciso que as frações da burguesia negociassem a política econômica de ajuste dos interesses nacionais aos interesses do imperialismo e criassem os canais de controle ao inevitável ascenso da luta de classes. A bandeira de democratização ou de transição democrática serviu a esses objetivos. Caberiam aos governos eleitos aplicar a diretriz neoliberal, a exceção do Chile onde a política neoliberal dos “Chicago Boys” foi imposta pela ditadura de Pinochet, o que não foi possível às esgotadas ditaduras militares dos outros países latino-americanos.

11. Durante a década de 90, prevaleceram governos que assumiram os ditames do FMI e a orientação neoliberal do Consenso de Washington. No Brasil, se destacou Fernando Henrique Cardoso que aplicou um amplo programa de privatização e de conversão da dívida externa em dívida pública interna. Na Bolívia, coube a Gonzalo Sánchez de Lozada aplicar as medidas neoliberais. Na Argentina, principalmente, ao governo de Carlos Menem. No Peru, Alberto Fujimori. No Uruguai, Luis Alberto Lacalle. No Chile, Patricio Aylwin deu continuidade às diretrizes neoliberais de Pinochet. Ainda que se diferenciem em determinadas particularidades de política econômica, todos esses governos se aliaram em torno da orientação norte-americana de proteção ao capital financeiro parasitário. O entreguismo e o sacrifício das massas foram tão brutais que não tiveram como esconder da população o seu conteúdo reacionário. O alto desemprego, a informalidade e o confisco salarial os tornaram tão impopulares que abriram o caminho para a ascensão dos governos nacional-reformistas, cuja campanha política se centralizou na rejeição ao neoliberalismo.
12. Com a eleição de Hugo Chávez em 1988 e de Ricardo Lagos em 2000, abriu-se um período de governos burgueses que se colocaram por reformas “democrático-populares” e por determinadas medidas nacionalistas. Procuraram se identificar com a política de direitos humanos da ONU – na realidade, dos Estados Unidos – e realizaram um processo de julgamento limitado dos crimes da ditadura militar. Apegaram-se à suposta democratização do Estado. Prometeram fazer uma distribuição de renda, desconcentrar a riqueza e a propriedade da terra. Idealizaram uma soberania nacional sem ruptura com o imperialismo e uma compatibilização entre os monopólios e as formas de propriedade nacional. Comprometeram-se a integrar as nacionalidades índias em um Estado Plurinacional, pagar a dívida histórica aos os negros que sofrem o racismo e promover a igualdade de “gênero” às mulheres e homossexuais que padecem de discriminações. Vislumbraram com sua política econômica que os pobres ficassem menos pobres, os miseráveis menos miseráveis e os ricos menos ricos. Tal equilíbrio distributivo e social se daria em um tempo indefinido. A

crise de 2008, porém, se encarregou de desfazer o embuste nacional-reformista sobre a possibilidade de humanizar a barbárie capitalista.

13. A retomada da ofensiva da direita burguesa se tornou possível diante da incapacidade de tais governos de esquerda de responderem à crise de superprodução, de queda tendencial da taxa de lucro e de impasse do capital financeiro parasitário. O retorno das tendências recessivas na economia mundial se manifestou inexoravelmente na América Latina. Trata-se de um movimento reverso ao da expansão das forças produtivas que se configurou na década dos anos 2000. O Brasil, por sua industrialização, pelo gigantismo da especulação e por seus estreitos vínculos com a política das multinacionais caiu no abismo da recessão, a mais prolongada de sua história econômica. A Argentina em distinto grau segue o mesmo caminho, revertendo o período de alto crescimento de 2003 a 2007, despencando abruptamente em 2012 e chegando à recessão em 2014. A Venezuela foi mais ao fundo do poço. Os países latino-americanos de conjunto atravessam um período de queda no crescimento. A crise superprodução mundial derrubou os preços das commodities e provou um novo período de desequilíbrios nos países, ressaltando o caráter atrasado da economia e a condição de países semicoloniais. Está em curso a retomada dos conflitos em torno da dívida parasitária que pesa em todos os países da região.
14. A burguesia não tem outra saída senão atacar fundo a vida das massas e sacrificar a economia nacional com o entreguismo. Situação que obriga os explorados a se defenderem com os métodos de luta do proletariado, partindo de suas reivindicações mais elementares. Está

A burguesia não tem outra saída senão atacar fundo a vida das massas e sacrificar a economia nacional com o entreguismo. (...) Está aí por que os governos nacional-reformistas já não servem e devem ceder o poder do Estado, de uma forma ou de outra, a governos direitistas, francamente pró-imperialistas. Na Argentina, foi por meios eleitorais, no Paraguai e Brasil por meio de golpe institucional.

aí por que os governos nacional-reformistas já não servem e devem ceder o poder do Estado, de uma forma ou de outra, a governos direitistas, francamente pró-imperialistas. Na Argentina, foi por meios eleitorais, no Paraguai e Brasil por meio de golpe institucional. É necessário observar as particularidades de cada país. No geral, nota-se uma disposição dos explorados responderem com luta. O imperialismo e as distintas frações da burguesia latino-americana contam com a crise de direção revolucionária e com a domesticação da esquerda democratizante. A Venezuela, de um lado, destaca pela enorme cisão na política burguesa, na possibilidade de levante das massas e de um desenlace da crise

pela via militar. A Bolívia, de outro, se distingue pelo fato de a direita se encontrar muito debilitada e parte dela ter se colocado ao lado de Evo Morales e pelo fato de os explorados estarem procurando a via revolucionária. No Brasil e Argentina, a nova situação indica para um enfrentamento dos explorados com as duras medidas antinacionais e antipopulares dos governos direitistas.

15. As experiências com os golpes militares, com o nacional-reformismo e com a direita burguesa são fundamentais para a construção dos partidos revolucionários e superação da crise de direção mundial. É preciso integrá-las no processo de constituição do programa no seio do proletariado e dos demais explorados. Na Bolívia, o golpe de 1971 foi desfechado abertamente contra a Assembleia Popular, em cuja direção estava a política do proletariado expressa pelo POR marxista-leninista-trotskista. No Chile, voltou-se contra o avanço da luta operária e camponesa sob o impotente governo da Unidade Popular. Na Argentina, respondeu à radicalização da classe operária que já não se submetia ao peronismo decadente. No Brasil, o golpe militar se voltou contra a evolução da luta operária e camponesa sob o governo nacionalista em decomposição. Evidentemente, há outras

determinações decisivas, como a do intervencionismo dos Estados Unidos para se livrarem de governos que não atendiam diretamente as ordens do imperialismo, na situação convulsiva da década de 60 e 70. Mas no essencial foram golpes contra os explorados, objetivando obstaculizar o desenvolvimento da luta de classes. A crítica programática ao nacionalismo, a suas variantes estalinistas e castristas foi realizada em grande medida pelo POR boliviano. Cabe assimilá-la e compreender as particularidades do atual nacionalismo e do reformismo socialdemocrata. É imprescindível a luta em torno da tarefa de libertar os explorados do controle da política de conciliação e desenvolver sua independência de classe.

16. Por mais distintos que sejam os países da América Latina, têm uma base comum caracterizada pelo capitalismo atrasado de economia combinada, pelo caráter semicolonial de sua submissão ao imperialismo e por fazerem parte da divisão internacional do trabalho como produtores e provedores de matérias-primas e produtos agropecuários. Sem exceção, todos carregam uma dívida interna e externa que servem de pilar de sustentação do parasitismo financeiro. O bloqueio a suas forças produtivas industriais são a prova de que o imperialismo se constitui na grande trava. Na América Latina, destacam-se quanto à industrialização apenas o Brasil, Argentina e México, no entanto continuam atrasados e condicionados pela combinação de formas arcaicas de produção. Os demais países estão largamente enclausurados na extração, produção e exportação de matérias-primas e produtos agropecuários. Essa base econômica e social comum determina os objetivos e as tarefas democráticas comuns de rompimento com o imperialismo (expropriação das multinacionais, não pagamento da dívida), a conquista da real independência nacional, a revolução agrária e o fim da opressão sobre as nacionalidades índias. Na presente época de decadência do capitalismo senil, esse programa democrático só pode ser realizado pelo proletariado estando na direção da nação oprimida, aplicando métodos socialistas de governo. A derrocada do imperialismo passa pela derrocada da burguesia latino-americana a ele associada e subordinada. O proletariado em sua luta e sob a direção do partido revolucionário pela conquista do poder tem de se aliar ao campesinato e constituir uma frente única anti-imperialista, que conforma a unidade da nação oprimida em torno do programa revolucionário. A aliança operária e camponesa é indispensável para derrubar a burguesia do poder, expropriar o grande capital e romper a dominação imperialista. É indispensável subordinar toda luta econômica e política dos explorados à constituição do governo operário e camponês, que é a forma governamental que assumirá a ditadura do proletariado nos países latino-americanos. A derrota da direita burguesa, pela classe operária e maioria oprimida, passa pela separação dos explorados dos partidos e governos nacional-reformistas. Essa tarefa será desenvolvida e cumprida aplicando o Programa de Transição da IV Internacional às condições próprias de cada um dos países, às condições próprias da América Latina e às condições mundiais que determinam em última instância as condições particulares. O Comitê de Enlace reconhece a tarefa de fortalecer suas seções e ampliar sua intervenção na América Latina e em outras partes do mundo, desenvolvendo o internacionalismo proletário.
17. A extrema maturidade do fator econômico da revolução não encontra correspondência no desenvolvimento do fator subjetivo, que se mostra em grande atraso. Com muita dificuldade, avança a luta do Comitê de Enlace por compreender que a tarefa de pôr em pé o Partido Mundial da Revolução Socialista (IV Internacional) passa por construir os partidos-programa, partidos operários revolucionários com

base no desenvolvimento do programa da revolução em cada país, como seções nacionais solidamente enraizadas no proletariado e nas massas. Partidos que conhecem e aprendem a transformar em política revolucionária o instinto comunista da classe operária. O programa implica o conhecimento das particularidades nacionais, implica compreender como é que as leis gerais do capitalismo se concretizaram no contexto histórico, geográfico e cultural particular e determinado por uma formação capitalista atrasada concreta, da qual deriva a mecânica de classes igualmente concreta e que não é exatamente a mesma em todas as latitudes. O desconhecimento dessas particularidades converte qualquer empenho do partido em uma pantomina dominada pelo oportunismo, pelas generalidades, pelos lugares comuns, incapaz de compreender, expressar e dar forma aos impulsos mais profundos das massas que caminham por acabar com a ordem estabelecida. É nesse ponto decisivo que se estabelece a diferença na evolução política das diferentes tendências latino-americanas que se reivindicam do trotskismo. Aqueles que se negaram a colocar a tarefa do desenvolvimento do partido-programa como eixo fundamental de sua atividade concluíram invariavelmente como centristas, reformistas, eleitoreiros e traidores da causa do socialismo, da revolução e ditadura proletárias. São um obstáculo para o desenvolvimento da consciência de classe do proletariado, cumprem um papel retardatário, contrarrevolucionário. A perspectiva de organização da luta de classes, como manifestação da deterioração das condições econômicas na América Latina, encontrará uma direção revolucionária débil ou ausente, mas, por sua vez, constituirá uma situação favorável para seu desenvolvimento e afirmação.

18. A dimensão da força do proletariado latino-americano é extraordinária (somente no Brasil, são aproximadamente 16 milhões de proletários). No entanto, seu potencial revolucionário ainda não foi desenvolvido pela ausência ou debilidade do partido operário revolucionário. Os traços comuns do continente - a sua história e o processo de formação econômico-social - permitem reconhecer o significado do avanço da assimilação crítica da elaboração teórica e da experiência revolucionária do proletariado boliviano por parte dos revolucionários do continente, o que será determinante para o seu desenvolvimento revolucionário e o futuro da Revolução Socialista Mundial. O desenvolvimento político da IV Internacional exige das seções nacionais precisar a caracterização de cada país e sua mecânica de classes, o que resulta da ação do partido por transformar a classe e conquistar a nação oprimida para a causa da revolução social. A partir daí se desenvolve uma luta constante, uma discussão permanente, entre o partido e a classe, entre a vanguarda da classe, na qual está enraizado o partido, e as camadas atrasadas, entre o proletariado e as demais classes da nação oprimida, entre o proletariado como expressão da nação oprimida e o imperialismo. Para o partido se transformar em uma questão vital deve expressar o estado de ânimo da classe por onde se manifesta seu impulso instintivo, sua disposição combativa. Há que se determinar qual a atitude das massas oprimidas e se estas deslocam ou não para posições revolucionárias e anticapitalistas do proletariado. Esta discussão político-programática não é, nem pode permanecer nos limites nacionais. É necessário aproveitar as experiências de outras latitudes, e discuti-las organizadamente no interior do Partido Revolucionário Mundial. Não esquecemos que a revolução em nossa época é “nacional por sua forma e internacional por seu conteúdo”.

Resolução sobre a crise europeia

1. A decisão, por referendo, que retira o Reino Unido da União Europeia (UE) indica o fortalecimento das forças centrífugas e desintegradoras no velho continente. Observa-se um caminho inverso do processo iniciado em 1944 com a união aduaneira denominada Benelux e com a constituição da Comunidade Europeia do Carvão e Aço, em 1951.
2. As duas guerras mundiais expressaram o choque entre as forças produtivas e as fronteiras nacionais. A derrota da aliança nazifascista, a gigantesca destruição promovida pela 2ª Guerra, a necessidade de reconstrução da Europa capitalista e o imperativo de uma paz duradoura consequentemente deram lugar a um movimento de união europeia. No final dos anos 50, a burguesia deu um passo a mais nesse sentido, constituindo a Comunidade Econômica Europeia (CEE), por meio do Tratado de Lisboa (1957). Dava-se um salto no sentido de formar um mercado comum e afrouxar as fronteiras nacionais, porém ainda muito limitado.
3. Trinta e cinco anos depois, o avanço da unidade da Europa ocidental romperia o restrito círculo da CEE. O Tratado de Maastricht estabeleceu, em 1992, um novo marco, formando a União Europeia. O processo de restauração capitalista na União Soviética e no Leste Europeu dava um salto à frente. O acordo de livre-comércio em 1986 – Ato Único Europeu – forçava o rebaixamento das fronteiras nacionais. A reunificação da Alemanha potenciou o caminho do alargamento da União Europeia.
4. No início dos anos 90, a Europa Ocidental se fortalecia diante da Europa Central e Oriental enclausurada pelo “socialismo em um só país”. A busca de solução dos conflitos provocados pelo choque entre as forças produtivas e as fronteiras nacionais se combinou com a desintegração da União Soviética e de seu bloco. O processo de unificação, de um lado, e o processo de restauração de outro possibilitaram que emergisse a tese de que o capitalismo rompia velhas contradições que levaram a Europa a duas grandes guerras.
5. Tudo indicava que a Europa burguesa estava amadurecida para romper a camisa de força dos Estados nacionais, que na época imperialista se tornariam obstáculos ao livre desenvolvimento da economia mundial e regional. A derrubada do Muro de Berlim passou a ser o símbolo de uma nova época de unidade, prosperidade e paz europeia. O capitalismo se livrava do perigo comunista e a “guerra fria” ficaria para trás. A unidade da Europa se colocou como condição para promover essa diretriz e garantir a estabilidade econômica, social e política.
6. O Tratado de Maastricht (1992) e de Amsterdã (1999) permitiram um importante feito. Implantaram-se as denominadas quatro liberdades – livre circulação de mercadorias, de serviços, de capitais e de pessoas. Esta última foi regulamentada pelo Tratado de Schengen, que inclui além dos 27 estados-membros a UE, três outros de fora (Suíça, Noruega e Islândia). De fato, a concretização dessa medida indicou o rebaixamento das fronteiras nacionais, mas não sua extinção e superação. O que permitiu à UE se tornar o maior bloco econômico. Mais do que um bloco, uma unidade econômica e monetária, com a criação da zona do euro e uma organização política.
7. A realização do referendo e a votação da maioria pela saída da Inglaterra expressam uma ruptura no processo iniciado ainda nos anos 1940 e principalmente nos anos 1950. O Reino Unido nunca esteve à frente do movimento unitário. A burguesia inglesa não foi uma entusiasta da tese de uma Europa sem as velhas fronteiras nacionais. No entanto, por forças das novas relações edificadas no pós-guerra teve de se curvar. Está aí por que aderiu apenas em 1973, momento em que a Comunidade Econômica Europeia passava de 6 estados-membros para 9. Reagiu negativamente à extinção das moedas nacionais e à sua substituição pelo euro. Foi e é sintomática a divisão em torno da moeda única, que congrega apenas 17 dos 28 membros da UE. Foi o sinal da impossibilidade de caminhar com a unificação até a superação da contradição do capitalismo mundial de se assentar em estados e conservar a todo custo as fronteiras nacionais.
8. A União Monetária implicou submeter os países ao Banco Central Europeu por meio do Sistema Europeu de Bancos Centrais (Eurosistema). Havia de responder a uma diretriz única de controle das dívidas públicas, das taxas de juros, do câmbio e da inflação, com metas gerais fixadas. A posição inglesa de defesa de sua soberania e dos seus interesses vinculados aos Estados Unidos traçou um limite até onde iria com a unificação. As pressões da Alemanha e França não fizeram senão ampliar a divisão entre os partidários e contrários à manutenção do Reino Unido na UE. Há que indicar que inúmeros países não foram aceitos na Zona do Euro porque não preenchiam as condições determinadas pela Alemanha e França (grau de endividamento, déficit, etc). Também neste caso foi traçado um limite por razões distintas às da Inglaterra.
9. A Inglaterra há muito deixou de ser uma potência industrial. Ocupa, no entanto, um importante lugar nas finanças mundiais. De forma que tem um estreito vínculo com os Estados Unidos. A União Europeia lhe foi auspiciosa, até o momento em que a decisão da Alemanha e França de criar a moeda comum e edificar instituições capazes de interferir nos Estados nacionais ameaçou limitar sua soberania governamental, seus interesses no mercado de valores e seu controle sobre o movimento do capital financeiro. A regressão da Inglaterra foi tão profunda que se tornou relativamente menos capaz de atuar junto à aliança franco-alemã. O poderio que ainda conserva está condicionado pela aliança com a América do Norte.
10. A crise mundial aberta em fins de 2008 nos Estados Unidos provocou uma grande erosão na UE. Abalou os fundamentos da unificação que vinha sendo pavimentado. Evidenciou as profundas desigualdades entre os estados-membros. E colocou à luz do dia a prepotência da aliança entre França e Alemanha, bem como o pequeno poder de influência da Inglaterra. A situação pré-falimentar que chegaram Espanha, Itália, Portugal e Irlanda comprometeram o progresso da unificação. A Alemanha se mostrou forte e firme ao lado de uma França enfraquecida. A falência da Grécia ameaçou de ruptura com a UE. Reacenderam as tendências separatistas. A Escócia esteve perto de sair do Reino Unido.
11. Na situação de crise mundial, agravaram os conflitos no Oriente Médio e na África. O imperialismo europeu se mostrou mais suscetível à desintegração de países inteiros, como Iraque, Líbia e Síria. A projeção dos movimentos jihadistas, com a utilização do método terrorista de combate, demonstrou que não poderia haver uma paz europeia à margem do restante do mundo. As guerras civis e a intervenção imperialista refletiram na Europa com grandes deslocamentos de imigrantes. A estagnação, a recessão e alta taxa de desemprego não permitiram absorver um contingente humano tão volumoso. Explodiu no seio da UE a crise da imigração. Acontecimento que pesou decisivamente para a maioria da população inglesa votar pela ruptura.
12. O esgotamento das possibilidades de avançar a unidade, segundo os objetivos traçados de estabilidade, crescimento e encurtamento da distância entre estados-membros avançados e atrasados deu lugar às velhas chagas da Europa imperialista. Alastraram-se e continuam a alastrar as manifestações xenofóbicas. O nacionalismo fascista passou a ser encarado como aceitável e normal, relevando o seu lugar proeminente da 2ª Guerra Mundial. Está aí por que ascendeu o Partido da Independência do Reino Unido (Ukip). A campanha anti-imigrante expressou a crise política no seio dos partidos burgueses e tomou a forma

- de violência reacionária. No lugar da unidade, fortalece a fragmentação. No lugar do fim das disparidades sociais, vicejam as discriminações e o chauvinismo.
13. A burguesia está em posição de ataque à vida das massas no mundo inteiro. Na Europa, a socialdemocracia já não tem como ocultar sua política antioperária. Seus estertores se manifestam na França. A grande greve da classe operária contra as medidas de reformas trabalhistas estabeleceu um marco de ruptura com o governo socialdemocrata. Na Inglaterra e na Alemanha, o partido trabalhista e o partido social democrata (SPD), respectivamente, demonstraram, bem antes, a falência da política de bem-estar social e a dependência perante o capital financeiro. A longa estagnação tem se traduzido em uma massa de desempregados crônicos e empobrecimento da classe média. O que aos poucos tem alargado o fosso entre a maioria explorada – incluindo os milhões de imigrantes – e a minoria capitalista.
 14. Os acontecimentos mundiais indicam que a crise de 2008 é a mais profunda e longa das que ocorreram no pós-guerra. Está aí por que a unificação da Europa sob o comando da Alemanha e França e sob a política do capital parasitário se estacou e começou a retroceder. Em lugar da crescente igualdade, aumentou a desigualdade nacional e de classe. Em lugar da expansão industrial, maior concentração na Alemanha. Em lugar da estabilidade, desestabilização como a da Grécia, Espanha, etc. Os antigos desequilíbrios da Europa voltaram com o fracasso das decisões da burguesia em dirigir um movimento de real superação das contradições entre as forças produtivas altamente desenvolvidas e as fronteiras nacionais.
 15. A saída da Inglaterra UE pode não se efetivar, como avaliam alguns analistas e como desejam as frações burguesas que estão pela permanência. Mas uma capitulação e humilhação não mudarão a ordem dos acontecimentos em desenvolvimento. As tendências centrífugas operam como mais força que as centrípetas. Está aí por que o almejado objetivo de constituição de uma grande área de livre-comércio, o Acordo Transpacífico, sob a liderança dos Estados Unidos, é questionado pela direita norte-americana, na figura de Donald Trump. A guerra comercial é intrínseca ao capitalismo. O processo de unificação da Europa demonstrou que em última instância se trata da defesa dos interesses das potências que necessitam expandir seus negócios por cima de suas fronteiras nacionais.
 16. O mercado mundial constitui a base da unificação, mas não tem como dar curso a tal tendência objetiva porque o capitalismo se forjou sobre a base dos Estados nacionais. A unificação da Europa quanto mais avançava mais se esbarrava na estrutura mundial. O lugar da Inglaterra no continente é o de servir de canal aos interesses da potência hegemônica. Está aí por que pôde romper, apesar dos riscos de um relativo isolamento europeu. Quanto mais independência a Inglaterra impor diante da Alemanha e França, maior será sua dependência com os Estados Unidos. Obama se pronunciou pelo não rompimento, mas a decisão em nada muda a velha aliança.
 17. É preciso considerar não apenas a contradição entre as forças produtivas e as fronteiras nacionais, como também entre essas e as relações capitalistas de produção fundadas nos monopólios. O livre desenvolvimento das forças produtivas já não é possível na fase última do imperialismo. Em geral, se acham bloqueadas pela alta concentração e pelo gigantesco parasitismo financeiro. A 2ª Guerra devastou a Europa e o Japão, permitindo a abertura de um período de reconstrução e expansão. A crise de superprodução de 2008 expôs o esgotamento do novo ciclo pós-guerra. As forças produtivas voltaram a se bater dentro da camisa de força das relações de produção. No fundo, é o que explica a reversão da tendência de unificação da Europa que despontou nos anos 50 do século passado.
 18. O marxismo reconheceu, analisou e estabeleceu as bases teórico-programáticas de tais contradições, que somente podem ser resolvidas pela revolução proletária. A tomada do poder pelo proletariado na Rússia em 1917 comprovou que o capitalismo da época imperialista se caracteriza por revoluções e contrarrevoluções. A vitória da contrarrevolução restauracionista não modifica a caracterização histórica de que o capitalismo em decomposição é de transição para o socialismo. O fracasso da unificação da Europa, sob a direção da mais poderosa fração da burguesia do continente, por sua vez, não desfaz a necessidade de libertação das forças produtivas dos poderosos obstáculos que são as fronteiras nacionais. Ao contrário, confirma tal necessidade. Evidencia, porém, que nos marcos do capitalismo não é possível solucionar a contradição de ordem histórica.
 19. O proletariado é a classe revolucionária que levará adiante a unificação. O desaparecimento progressivo das fronteiras nacionais depende da solução da contradição entre as forças produtivas e as relações de produção. Isso explica por que a burguesia monopolista pode impor determinadas condições de redução das travas nacionais, mas não pode eliminá-las. É o que fez a burguesia europeia premida pelas experiências catastróficas das duas guerras mundiais. Sem dúvida, até onde chegou a União Europeia e a Zona do Euro foi um grande feito. Essa obra deve ser levada em consideração justamente porque comprova a tese marxista-leninista-trotskista da unificação do continente por meio dos Estados Unidos Socialistas da Europa, como ponto de partida para se alcançar a sociedade superior, comunista.
 20. O rebaixamento, diluição e desaparecimento das fronteiras nacionais dependem da transformação da propriedade privada dos meios de produção em propriedade social. Os avanços no rebaixamento das fronteiras da Europa Ocidental e Central assinalam o curso histórico do desaparecimento da burguesia. Na época da Revolução Russa e da constituição da III Internacional, foi anunciada programaticamente o fim das disputas nacionais e a unificação das nações. A tarefa central consistia em expropriar pela revolução proletária a burguesia e transformar as relações capitalistas de produção em socialistas. A estratégia do internacionalismo punha acento na luta revolucionária sob a bandeira de Estados Unidos Socialistas da Europa.
 21. A classe operária europeia e mundial padece de profunda crise de direção revolucionária. Essa é a chave de nossa época. Época caracterizada pela desintegração do capitalismo, emersão de posições fascistas, de ataque em toda linha à vida das massas, recrudescimento da opressão nacional e avanço da barbárie social, por um lado. E pela necessidade dos explorados de se levantarem em todos os lugares em defesa de suas condições de vida e de antigas conquistas que lhes estão sendo quitadas, pela necessidade das nações e povos oprimidos combaterem o imperialismo, por outro. Está aí por onde a vanguarda será empurrada a enfrentar a crise de direção, que se impôs pela degeneração do Estado Operário na ex-União Soviética, pela destruição da III Internacional e pela liquidação dos partidos comunistas no mundo todo pelo estalinismo revisionista e contrarrevolucionário.
 22. O Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional – dissolvida pelo revisionismo centrista – tem por orientação constituir os partidos-programas como parte da reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista. Munido do Programa de Transição, luta para que as seções o apliquem às particularidades nacionais e as subordinem à estratégia da revolução mundial. Não há dúvida de que a Europa é o berço do marxismo e das primeiras revoluções proletárias. Mas também, como não poderia deixar de ser, o berço do reformismo, do oportunismo e do revisionismo. O fracasso da União Europeia não mostrará sua face por inteiro de um dia para outro, mas irá revelá-la nos choques entre as classes e entre os Estados nacionais. Trata-se de constituir o partido marxista-leninista-trotskista sob o programa dos Estados Unidos Socialistas da Europa.